



AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

Cuiabá - MT

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de junho de 2023

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	5
Balanço Patrimonial	8
Demonstração dos Resultados	9
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa	12
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras	13

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da AL5 S.A. CFI submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, Muller & Prei Auditores Independentes, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023. Permanecemos à disposição dos Srs. Acionistas para prestar esclarecimentos adicionais necessários.

Fatos Novos Relevantes

O cenário econômico no primeiro semestre de 2023 foi de bastante cautela. O início de um novo governo, os ruídos políticos e as incertezas com a trajetória fiscal fizeram com que as análises de risco se elevassem.

Ao final do segundo trimestre, porém, observou-se um crescimento da economia brasileira, ancorado, principalmente, no agronegócio com crescimento 17% em relação ao mesmo período do ano anterior, ante 1,5% da indústria e 2,3% nos serviços.

A AL5 S.A. CFI, alinhada aos seus objetivos estratégicos, evoluiu em sua aliança com a startup AgroCPR, o que permitiu a concessão de crédito de forma rápida, ágil e segura. Como resultado, nota-se uma migração do direcionamento dos recursos da carteira de Operações de Crédito para a carteira classificada como Títulos e Valores Mobiliários, com o produto CPR.

A taxa básica de juros da economia, Selic, manteve seu patamar inicial de 13,75% durante todo o primeiro semestre, iniciando os cortes previamente sinalizados pelo Copom a partir do mês de agosto, reduzindo em 0,5%, para 13,25%.

A inflação acumulada reduziu de 5,79% em dezembro de 2022, para 3,16% em junho de 2023.

Além dos avanços nas concessões de crédito, a AL5 S.A. CFI seguiu com suas medidas de recuperação de crédito, alcançando o montante de R\$ 1,4 milhões no semestre além de reduzir seus indicadores de inadimplência.

No campo dos investimentos, uma importante conquista obtida no primeiro semestre de 2023 foi a transição do modelo de sua conta de pagamentos. Anteriormente funcionamento no modelo Banking as a Service (BaaS), as contas passaram a funcionar no modelo Fintech as a Service (FaaS). Esta mudança permite melhor gestão dos clientes e dos recursos pela instituição. A partir de agora a instituição contrata o serviço de tecnologia para processamento das transações realizadas através da conta, ficando sob sua custódia os recursos dos clientes.

Aspectos operacionais e desempenho econômico-financeiro

A AL5 S.A. CFI encerrou primeiro semestre de 2023 com 10.725 operações de crédito ativas e volume de recursos liberados no montante de R\$ 177,08 milhões, com receitas totais na ordem de R\$39,07 milhões. Aumento de 15% em relação ao ano mesmo período do ano anterior.

Os investimentos em tecnologia atingiram R\$ 8,2 milhões ao longo do semestre, tendo por finalidade dar melhor robustez nos sistemas com intuito de melhorar a experiência do cliente, dar melhor fluidez e segurança aos processos de contratação de crédito, captações e prestação de serviços financeiros.

Como resultado da combinação de todos estes fatores, crédito mais saudável e estruturado, redução do apetite do risco no crédito de varejo, estratégias assertivas de gestão do crédito e recuperação do prejuízo, a AL5 S.A. CFI obteve um resultado positivo no semestre, na ordem de R\$ 150mil.

Cabe ainda a esta Administração afirmar que a gestão de capital da Companhia é conduzida de maneira prospectiva com objetivo de mensurar e prescrever a necessidade de capital de forma a antecipar a possibilidade de eventos ou alterações nas condições do mercado. Tais medidas são efetuadas através do acompanhamento dos Ativos Ponderados por risco (RWA) e Patrimônio de Referência, ou seja, o Índice de Basileia que determina a relação entre o capital próprio da instituição e o capital de terceiros (captações) que será exposto a risco por meio da carteira de crédito. Ressalta-se ainda que os valores de Patrimônio Líquido realizados estão superiores ao mínimo exigido comparados com a carteira ativa nas mesmas datas de apuração considerando os Acordos de Basileia.

Por fim, destacamos que no cumprimento dos nossos compromissos e responsabilidades intrínsecos e próprios das atividades da Financeira, é compromisso da Administração garantir que as operações da AL5 S.A. CFI sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos.

Cuiabá-MT, 30 de agosto de 2023.

Tarcísio Hubner
Diretor Presidente

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
AL5 S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
Cuiabá - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da AL5 S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AL5 S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Créditos Tributários

Chamamos a atenção para o fato de a Instituição Financeira possuir contabilizado em 30 de junho de 2023, créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 6.302 mil, conforme divulgado na nota explicativa "16.b" às demonstrações financeiras. A realização desses créditos depende da geração de lucros tributários futuros, conforme projeção de resultados preparado e aprovado pela administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cuiabá, 30 de agosto de 2023.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1-S/MT
ELIANE SCOTO DE FREITAS
Contadora CRC-PR Nº 038.367/O-9-S/MT

AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

Balço Patrimonial

Em 30 de Junho de 2023 e 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2023	31/12/2022		Nota	30/06/2023	31/12/2022
Ativo Circulante		251.629	258.021	Passivo Circulante		203.510	179.482
Disponibilidades	5.a	20	563	Depósitos	12.a	45.330	63.330
				Depósitos a Prazo		45.330	63.330
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		39.119	65.599	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12.b	153.607	114.273
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.b	39.119	65.599	Recursos de Aceites Cambiais		92.306	91.995
				Obrig. por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		61.301	22.278
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos				Relações Interfinanceiras		219	171
Financeiros Derivativos	6	92.512	39.107	Obrigações Junto a Particip. do Sistema de Liquid.		219	171
Carteira Própria		92.980	39.721				
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(468)	(614)	Outras Obrigações		4.354	1.708
Operações de Crédito		116.463	149.601	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	13.a	177	133
Setor Privado	7.a	117.554	164.034	Sociais e Estatutárias		-	-
Setor Público	7.a	8.164	8.687	Fiscais e Previdenciárias	13.b	878	434
(-) Provisão p/Créditos em Liquidação Duvidosa	7.c	(9.255)	(23.120)	Recursos Vinculados à Operações de Crédito	13.c	177	184
Outros Créditos	8	3.429	3.102	Diversas	13.d	3.122	957
Rendas a Receber		-	23				
Diversos		3.429	3.079	Passivo não Circulante		58.843	111.312
Outros Valores e Bens	9	86	49	Depósitos	12.a	58.678	69.626
Outros Valores e Bens		86	49	Depósitos a Prazo		58.678	69.626
Ativo não Circulante		81.293	75.643	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12.b	-	41.357
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos				Recursos de Aceites Cambiais		-	41.357
Financeiros Derivativos	6	17.413	-	Outras Obrigações	13.c	165	329
Carteira Própria		17.528	-	Recursos Vinculados à Operações de Crédito		165	329
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(115)	-	Patrimônio Líquido	14	82.537	52.387
Operações de Crédito		57.454	66.969	Capital			
Setor Privado	7.a	38.547	45.341	De Domiciliados no País		107.000	77.000
Setor Público	7.a	21.296	24.135	(-) Capital a Integralizar		-	-
(-) Provisão p/Créditos em Liquidação Duvidosa	7.c	(2.389)	(2.507)	Reservas de Lucros		19	12
Outros Créditos	8	6.426	6.426	Prejuízos Acumulados		(24.482)	(24.625)
Créditos Tributários de Impostos e Contribuições		6.426	6.426				
Outros Valores e Bens	9	-	2.248				
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	2.248				
Permanente		11.968	9.517				
Imobilizado de Uso	10	741	780				
Outras Imobilizações de Uso		1.096	1.061				
(-) Depreciações Acumuladas		(355)	(281)				
Intangível	11	11.227	8.737				
Outras Ativos Intangíveis		13.854	10.536				
(-) Amortizações Acumuladas		(2.627)	(1.799)				
Total do Ativo		344.890	343.181	Total do Passivo		344.890	343.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do Resultado

(Em milhares de Reais)

	Nota	Junho de 2023	Junho de 2022
Receitas de Intermediação Financeira	17.a	35.146	31.050
Operações de Crédito		23.814	27.963
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		4.939	3.087
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		6.393	-
Despesas da Intermediação Financeira		(23.683)	(29.637)
Operações de Captação no Mercado	17.b	(19.110)	(13.006)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(4.520)	(15.547)
Outras Despesas de Intermediação Financeira	17.c	(53)	(1.084)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		11.463	1.413
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(11.128)	(10.194)
Receitas de Prestação de Serviços	17.d	2.169	1.550
Outras Despesas Administrativas	17.e	(8.434)	(8.017)
Despesas de Pessoal	17.f	(5.295)	(4.622)
Despesas Tributárias	17.g	(991)	(364)
Outras Receitas/(Despesas)	17.h	1.423	1.259
Resultado Operacional		335	(8.781)
Receitas Não Operacionais		164	
Lucros em Transações com valores e Bens		164	-
Resultado Antes da Tributação s/Lucro e Participações		499	(8.781)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(349)	2.683
Provisão para Imposto de Renda	15	(214)	(230)
Provisão para Contribuição Social	15	(135)	(145)
Ativo Fiscal Diferido	15	-	3.058
Lucro ou Prejuízo Líquido do Período		150	(6.098)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de Reais)

	Junho de 2023	Junho de 2022
Resultado Líquido	150	(6.098)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Líquido do Semestre	150	(6.098)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALS S.A Crédito, Financiamento e Investimento

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
do Exercício Findo em 31 de Dezembro
(Em milhares de Reais)**

Eventos	Capital Integralizado	Aumento de Capital	(-) Capital a Integralizar	(-) Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro		Lucros ou Prejuízos Acumulados	TOTAL
					Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	77.000	-	-	-	12	-	(5.540)	71.472
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	1.275	1.275
Prejuízo Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	(6.098)	(6.098)
Saldos em 30 de Junho de 2022	77.000	-	-	-	12	-	(10.363)	66.649
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	(14.262)	(14.262)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	77.000	-	-	-	12	-	(24.625)	52.387
Aumento de Capital	30.000	-	-	-	-	-	-	30.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(1)	-	-	-	(1)
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	150	150
Destinações								
Constituição de Reservas	-	-	-	-	7	-	(7)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	107.000	-	-	(1)	19	-	(24.482)	82.536
Mutações do Período	30.000	-	-	(1)	7	-	143	30.149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto
(Em milhares de Reais)

	Junho de 2023	Junho de 2022
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	499	(8.781)
Ajustes ao Lucro Líquido/(Prejuízo) do Período		
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	1.275
Depreciações e Amortizações	902	504
Provisão para Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.597)	7.158
	<u>(13.196)</u>	<u>156</u>
IR e CS Pagos	(349)	(375)
 (Aumento)/Redução dos Ativos		
Títulos e Valores Mobiliários	(70.204)	27.049
Relações Interfinanceiras	0	74
Operações de Crédito	56.636	2.015
Outros Créditos	(327)	(1.216)
Outros Valores e Bens	2.211	6
 Aumento/(Redução) dos Passivos		
Depósitos	(28.948)	9.434
Recursos de Aceites Cambiais e Emissão de Títulos	(2.023)	(20.808)
Relações Interfinanceiras	48	(51)
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	44	(221)
Sociais e Estatutárias	-	-
Fiscais e Previdenciárias	444	(686)
Outras Obrigações	1.994	220
	<u>(53.670)</u>	<u>15.597</u>
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda		
Aquisição de Imobilizado de Uso	(35)	(670)
Aquisição de Intangível	(3.318)	(2.205)
	<u>(3.353)</u>	<u>(2.875)</u>
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento		
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital	30.000	-
Juros Sobre Capital Próprio	-	-
	<u>30.000</u>	<u>-</u>
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento		
 Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>(27.023)</u>	<u>12.722</u>
 Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	66.162	22.754
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	39.139	35.476

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Nota 1. Contexto operacional

A AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento (“AL5 S.A. CFI”), anteriormente denominada Amaggi S.A. – CFI, é uma Companhia de Capital fechado, autorizada sua constituição pelo Banco Central do Brasil (BCB) em 14 de fevereiro de 2017 tornando-se operacional em agosto do mesmo ano, com sede em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, tendo sido autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCB) a funcionar em agosto de 2017, momento no qual passou a atender aos normativos do Banco Central do Brasil (BCB) e preparar suas demonstrações financeiras com base no COSIF. Atua na forma de uma Financeira, que realiza operações de crédito nas modalidades Capital de Giro, atendendo clientes pessoas jurídicas; o Desconto de Recebíveis mediante a adiantamentos de recursos aos fornecedores da Amaggi; Crédito Consignado, modalidade de empréstimo pessoal com liquidação das parcelas por meio de desconto em folha de pagamento de colaboradores de empresas conveniadas, inclusive entidades públicas; Crédito Direto ao Consumidor, modalidade de empréstimo pessoal, realizado através de ferramentas digitais e correspondentes bancários; e ainda o financiamento de veículos e outros bens, como por exemplo, máquinas e implementos agrícolas.

Além dos produtos de crédito, a AL5 S.A. CFI, oferta a seus clientes a conta de pagamentos digital *AL5 Bank*. Disponível na versão *mobile*, por meio dela, é possível realizar transferências de recursos financeiros via *PIX* e *Ted*, pagamento de contas, recarga de celulares e contratar operações de crédito nas modalidades “Consignado” e “Crédito Direto ao Consumidor”

A captação de recursos é realizada de clientes pessoas físicas e jurídicas, dentro do próprio conglomerado Amaggi e em outras fontes no mercado, pelos canais de relacionamento com os clientes, aplicativo da conta de pagamentos ou corretoras de valores, através da aplicação financeira em Certificado de Depósitos Bancários (CDB), Recibos de Depósitos Bancários (RDB), Letras de Câmbio (LC) e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA).

Nota 2. Base de Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, com alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BCB), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), o que inclui os seguintes procedimentos contábeis emitidos pelo CPC:

CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 - Ativo Intangível, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Eventos Subsequentes, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 33- Benefícios a Empregados e CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

Na elaboração das demonstrações financeiras são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis determinantes da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Executiva em 30 de agosto de 2023.

Nota 3. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao período apresentado e contido nessas demonstrações financeiras.

a) Apuração dos Resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos originais sejam iguais ou inferiores a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado insignificante.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Os ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

d) Títulos e Valores Mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BCB, os Títulos e Valores Mobiliários detidos pela AL5 S.A. CFI são avaliados e classificados como:

I - Títulos Para Negociação – Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.

II - Títulos disponíveis para venda - Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.

III – Títulos mantidos até o vencimento – Títulos para os quais haja intenção e capacidade financeira da instituição de mantê-los até o vencimento.

e) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas pro-rata dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros contratuais.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao risco das operações, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador de crédito e, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H a perda provável.

As operações de créditos contratadas com o cliente cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50 mil são classificadas em função dos atrasos consignados no artigo 4º da Resolução nº 2.682, observado que a classificação deve corresponder, no mínimo, ao nível A. Com relação ao período de atraso verificado nas operações de crédito com prazo a decorrer superior a 3 anos, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis.

As operações classificadas como nível “H” (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H”, admitindo-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos do Parágrafo 1º do artigo 8º da Resolução CMN nº 2.682/99

Os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

f) Outros Créditos e Outros Valores e Bens

São demonstrados pelos valores de realização, deduzidos quando aplicável, das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço, calculadas “pro-rata dia” e provisão para perdas, quando julgado necessário.

g) Ativos circulante e Realizável a Longo Prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável.

h) Imobilizado de Uso e Intangível

Imobilizado de uso: É demonstrado pelo custo histórico de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é registrada por meio do método linear, tendo como base as taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 10, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

Intangível: O intangível é composto por ativos não monetários identificáveis sem substância física. Os valores registrados como ativo intangível são relativos a softwares, sendo que a Companhia irá obter benefícios desses itens em até cinco anos. Estes são ajustados por amortizações acumuladas, com taxas estabelecidas em função da vida útil do bem, conforme demonstração na Nota Explicativa nº 11.

i) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro-rata” dia.

j) Benefícios de Curto Prazo à Empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota o regime do lucro real trimestral para apuração dos tributos.

O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240, ou seja, R\$ 120 no semestre e, a contribuição social à alíquota de 15% entre 1º de janeiro de 2019 e 30 de junho de 2021 e 20% entre 1º de julho e 31 de dezembro de 2021, retornando à 15% em 1º de janeiro de 2022, conforme legislação fiscal em vigor, pertinente a cada encargo.

Os créditos tributários são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, além do prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

l) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões, avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos. A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

A AL5 S.A. CFI revisa as estimativas e premissas, pelo menos por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras.

Nota 4. Processo de Gestão de Risco

a) Resumo da Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Risco

O gerenciamento de risco é uma ferramenta primordial para garantia do uso adequado do capital e a melhor relação entre o risco e o retorno para a AL5 S.A. CFI.

Dentro dos princípios de gerenciamento de riscos, deve haver o envolvimento dos gestores das áreas em todos os níveis da AL5 S.A. CFI, já que todos são responsáveis por avaliar, mitigar e controlar os riscos. Todos os colaboradores da AL5 S.A. CFI são responsáveis pela identificação e registro das ocorrências que impliquem em possíveis perdas financeiras.

O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades da AL5 S.A. CFI são realizados por pessoa independente por meio de políticas de controles, estabelecidos por meio de estratégias de operação, determinação de limites, assim como do monitoramento frequente das posições assumidas por meio de técnicas específicas, em conformidade com as diretrizes da AL5 S.A. CFI pela Administração.

A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza:

b) Risco de Crédito

Conforme a Resolução CVM nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN) o Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, reestruturação de instrumentos financeiros e aos custos de recuperação.

A estrutura de gerenciamento de riscos da AL5 S.A. CFI possui normas e procedimentos operacionais, buscando meios de identificar, avaliar, monitorar e controlar o risco de crédito associado às operações da Instituição.

c) Risco Operacional

A Resolução CVM nº 4.557/17 define Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Na definição de risco operacional, inclui-se ainda o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades envolvidas pela instituição.

O gerenciamento do risco operacional na AL5 S.A. CFI tem por objetivo a definição e revisão constante de ações, buscando a captura organizada de informações que permitem a identificação de fragilidades nos processos operacionais e a avaliação e adoção de planos de melhoria correspondentes, considerando a adequada relação custo e benefício de sua implementação.

d) Risco de Mercado e Liquidez

De acordo com a Resolução CVM nº 4.557/17 Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira.

A AL5 S.A. CFI, desde o início das suas atividades e da implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e da estrutura de gerenciamento contínuo de capital, busca desenvolver e aprimorar seus processos, visando manter contingente, ferramentas e metodologias adequadas ao seu enquadramento no Segmento 4 (S4), conforme definição da Resolução CMN nº 4.557/17, desta forma as referidas estruturas devem ser:

- Compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição;
- Proporcionais à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela Instituição;
- Adequadas ao perfil de riscos e à importância sistêmica da Instituição; e
- Capazes de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Instituição atua.

A Resolução CVM nº 4.557/17 define que o Risco de Liquidez é a possibilidade da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, descasamento entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos, e obrigações.

A AL5 S.A. CFI possui uma estrutura para o gerenciamento do risco de liquidez, que tem por objetivo gerir e manter a liquidez necessária para honrar as suas obrigações no momento em que são devidas e assim garantir a continuidade dos negócios sem incorrer em custos adicionais de captação ou perdas financeiras na liquidação de ativos.

e) Gestão de Capital

Por Capital entende-se como o conjunto de recursos de longo prazo, próprios e de terceiros, que compõem o Patrimônio de Referência (PR), e que foram enquadrados e autorizados pelo Banco Central do Brasil (BCB) especificamente para este fim.

f) Índice de Basileia

A instituição adota uma estrutura de gerenciamento de capital objetivando manter um nível mínimo de capital superior às exigências regulatórias. O índice de Basileia em 30 de junho de 2023 apurado nos critérios da Resolução CMN nº 4958, é de 20,47% frente a 12,74% em 31 de dezembro de 2022. A tabela a seguir demonstra, além do índice de Basileia, a composição do Patrimônio de Referência e as parcelas requeridas pelos ativos ponderados pelo risco (RWA).

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Patrimônio de Referência	64.885	37.223
Patrimônio de Referência Nível I	64.885	37.223
Capital Principal	64.885	37.223
Ativos Ponderados Pelo Risco (RWA)	316.970	292.285
Risco de Crédito	260.984	241.305
Risco de Mercado	-	-
Risco Operacional	55.986	50.980
Índice de Basileia	20,47%	12,74%

Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto nesta data-base seguintes montantes:

a) Disponibilidades

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Depósitos bancários	20	563
Total	20	563

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Compromissadas (i)	39.119	65.599
Total	39.119	65.599

(i) Em 30 de junho de 2023, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro no montante de R\$ 39.119 com data de revenda prevista para o dia 03 de julho de 2023 (*Overnight*), desta forma, não há aplicações interfinanceiras de longo prazo.

Nota 6. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários está classificada de acordo com a Circular CVM nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BCB) e, em 30 de junho de 2023, apresentavam os valores de R\$ 2.016 na categoria disponíveis para venda representadas por aplicação em Letras Financeiras do Tesouro, e o montante de R\$ 107.909 em Cédula de Produto Rural (CPR), classificadas como mantidos até o vencimento, totalizando R\$ 109.925.

Composições da Carteira

	30/06/2023			31/12/2022
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Total
Títulos disponíveis para venda	2.016	-	2.016	-
Carteira Própria	2.016	-	2.016	-
Letras Financeiras do Tesouro (i)	2.016	-	2.016	-
Títulos Mantidos até o Vencimento	90.496	17.413	107.909	39.107
Aplicações em Commodities	90.496	17.413	107.909	39.107
Cédula de Produto Rural – CPR (ii)	90.964	17.528	108.492	39.721
(-) Perda Esperada	(468)	(115)	(583)	(614)
Total	92.512	17.413	109.925	39.107

(i) As Letras Financeiras do Tesouro estão reconhecidas pelo valor de mercado e classificadas como Disponíveis para Venda.

(ii) As aplicações em Commodities referem-se à títulos com risco de crédito, na modalidade Cédula de Produto Rural (CPR) e estão classificados como “Mantidos até o Vencimento”.

Nota 7. Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Resolução CMN nº 2.682/99 dispõe sobre critérios para a classificação das operações de crédito, assim como para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em critérios de avaliação de risco de clientes/operações e atrasos. A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos respectivos níveis de risco estão demonstradas a seguir:

a) Composição da Carteira de Crédito por Segmento Econômico e Nível de Risco:

Nível de Risco	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Total	% Provisão	Provisão 2023	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Total	% Provisão	Provisão 2022
A	23.553	90.383	113.936	0,5	570	25.857	97.212	123.069	0,5	615
B	20.532	9.618	30.150	1	301	21.999	30.169	52.168	1	522
C	21.436	5.888	27.324	3	820	36.245	14.682	50.927	3	1.528
D	-	1.240	1.240	10	124	167	3.342	3.509	10	351
E	-	1.334	1.334	30	400	-	2.741	2.741	30	822
F	2.147	1.422	3.569	50	1.785	-	5.278	5.278	50	2.639
G	-	1.213	1.213	70	849	-	5.020	5.020	70	3.514
H	19	6.776	6.795	100	6.795	20	10.875	10.895	100	10.895
Total	67.687	117.874	185.561		11.644	84.288	169.319	253.607		20.886

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a carteira de crédito estava composta dos seguintes saldos:

Produto	30/06/2023			31/12/2022		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Consignado	32.020	34.134	66.154	25.459	40.509	65.968
Capital de Giro	44.983	21.898	66.881	56.861	27.059	83.920
Empréstimo Pessoal	43.832	2.531	46.363	87.569	5.857	93.426
Desconto de Recebíveis	677	-	677	22	-	22
Financiamento de Veículos	352	189	541	1.047	733	1.780
Financiamento Demais Bens	3.854	1.091	4.945	4.770	3.721	8.491
Total da Carteira de Crédito	125.718	59.843	185.561	175.728	77.879	253.607
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(9.255)	(2.389)	(11.644)	(18.976)	(1.910)	(20.886)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	116.463	57.454	173.917	156.752	75.969	232.721

	30/06/2023	Participação	31/12/2022	Participação
Setor Privado				
Pessoas Físicas	88.415	47,6%	135.979	53,6%
Outros Serviços	18.054	9,7%	11.750	4,6%
Comércio	42.465	22,9%	63.086	24,9%
Indústria	7.167	3,9%	9.452	3,7%
Setor Público				
Pessoas Físicas	29.460	15,9%	33.340	13,2%
Total	185.561	100%	253.607	100%

b) Composição da Carteira de Crédito por Vencimento:

	30/06/2023	31/12/2022
Parcelas em Curso Normal:		
De 1 a 30 dias	10.067	16.999
De 31 a 60 dias	12.325	14.643
De 61 a 90 dias	17.903	18.090
De 91 a 180 dias	30.701	52.380
De 181 a 360 dias	47.355	60.736
Acima de 360 dias	59.843	77.880
Subtotal	178.194	240.728
Parcelas Vencidas:		
De 1 a 14 dias	70	1.060
De 15 a 30 dias	450	1.212
De 31 a 60 dias	1.043	2.063
De 61 a 90 dias	523	1.960
De 90 a 120 dias	724	1.619
De 121 a 150 dias	1.657	1.797
De 151 a 180 dias	489	1.215
De 181 a 240 dias	817	1.218
De 241 a 360 dias	1.470	697
Acima de 360 dias	124	38
Subtotal	7.367	12.879
Total	185.561	253.607

c) Movimentação da Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo Inicial	(25.627)	(13.728)
Constituições	(8.673)	(30.402)
Baixas	22.656	18.503
Saldo Final	(11.644)	(25.627)

d) Concentração dos Maiores Devedores:

	<u>30/06/2023</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>%</u>
Maior devedor	10.579	6	10.669	4
Dez maiores devedores ⁽¹⁾	53.792	29	73.587	29
Vinte maiores devedores	80.798	44	111.531	44
Cinquenta maiores devedores	107.349	58	146.683	58
Cem maiores devedores	116.236	63	155.706	61

(1) Em 30 de junho de 2023 os maiores volumes de operações são de clientes pessoa jurídica com operações de Capital de Giro e Empréstimo Consignado a pessoas físicas.

e) Resultado de Operações de Crédito:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Rendas com Empréstimos	23.179	27.182
Rendas com Direitos Creditórios	11	2
Rendas com Financiamentos	624	779
Total	23.814	27.963

f) Renegociação e Recuperação de Créditos

No semestre findo em 30 de junho de 2023 registrou-se a recuperação de créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 1.431, ante R\$ 1.315 no mesmo período do ano anterior.

Nota 8. Outros Créditos

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Rendas a Receber (a)	-	23
Adiantamentos e Antecipações Salariais (b)	10	4
Adiantamentos para Pagamentos (c)	44	28
Créditos Tributários de Impostos (d)	6.426	6.426
Devedores por Depósitos em Garantia(e)	2.042	2.042
Impostos e contribuições a compensar (f)	553	548
Imposto de Renda a recuperar (g)	24	24
Valores a Receber (h)	16	16
Devedores Diversos (i)	740	417
Total	9.855	9.528
Curto Prazo	3.429	3.102
Longo Prazo	6.426	6.426

(a) Rendas a Receber

Comissões por serviços prestados reconhecidas pelo regime de competência no valor de R\$ 23 em 31 de dezembro de 2022, recebidos no primeiro semestre de 2023.

(b) Adiantamentos e Antecipações Salariais

Em 30 de junho de 2023 apurou-se R\$ 10 referente a adiantamentos de salários, realizados no primeiro semestre, que serão descontados em períodos futuros.

(c) Adiantamentos para Pagamentos

Adiantamentos à fornecedores, no valor de R\$ 44 em 30 de junho de 2023, frente a R\$ 28 em 31 de dezembro de 2022.

(d) Créditos Tributários de Impostos

Em 30 de junho de 2023 foram apurados créditos referentes a Imposto de renda sobre Prejuízo fiscal a recuperar (R\$ 124), Imposto de renda (R\$ 3.906), e Contribuição Social (R\$ 2.396) diferidos sobre prejuízos fiscais, constituídos no exercício nos termos da Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020. Os créditos tributários estão alocados no longo prazo, com expectativa de realização ao longo dos próximos 4 anos, conforme previsto em estudo técnico (vide nota 16.b),

(e) Devedores por Depósitos em Garantia

Depósito em garantia relacionado à ação judicial movida pela AL5 S.A. CFI, em razão de cobrança indevida, no valor de R\$ 2.042.

(f) Impostos e contribuições a compensar

Os impostos e contribuições a compensar referem-se a valores de imposto de renda recolhidos ou retidos indevidamente em períodos anteriores, no valor de R\$ 553 em 30 de junho de 2023 e R\$ 548 em 31 de dezembro de 2022.

(g) Imposto de Renda a recuperar

Imposto de renda a recuperar refere-se a imposto de renda retidos na fonte oriundos de resgates de aplicações financeiras de períodos anteriores, no total de R\$ 24.

(h) Valores a Receber

Créditos a receber referente transferência de recursos de clientes para depósito judicial R\$ 16.

(i) Devedores Diversos

Refere-se ao recebimento de parcelas de operações de crédito do último dia útil, a serem liquidadas em "D+1", no valor de R\$ 357, valores de operações de crédito originadas por correspondente bancário detectadas como fraude no exercício anterior, no valor de R\$ 240, que serão ressarcidas pelo correspondente, conforme contrato e valores a receber referente a transferência eletrônica de recursos em nome de clientes, no valor de R\$ 142.

Nota 9. Outros Valores e Bens

Outros valores e bens estava composto por Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda (R\$ 2.248) em 31/12/2022 e foram vendidos em sua totalidade no primeiro semestre de 2023. Em 30 de junho de 2023, é composto por material em estoque (R\$ 23) e despesas antecipadas com a contratação de serviços de armazenamento de dados em ambiente digital, por um período de três anos (R\$ 33), licença de software antivírus por 12 meses (R\$4) e Seguro Corporativo (R\$26), com vigência de 12 meses.

Outros Valores e Bens	30/06/2023			31/12/2022
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Total
Material em Estoque	23	-	23	23
Serviço de Armazenamento de Dados	33	-	33	13
Licença de Software	4	-	4	13
Seguros	26	-	26	-
Total	86	-	86	49

Nota 10. Imobilizado de Uso

	Taxas de Depreciação (ao ano)	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	06/2023
				Valor Residual
Instalações	10%	118	(39)	79
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	443	(119)	324
Sistema de Processamento de Dados	20%	535	(197)	338
Total		1.096	(355)	741

	12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	Taxa (%)	06/2023
Instalações	85	-	-	(6)	10	79
Móveis e Equip. de Uso	346	-	-	(22)	10	324
Sistema de Proc. de Dados	349	35	-	(46)	20	338
Total	780	35	-	(74)		741

Nota 11. Intangível

	Taxas de Amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	06/2023
				Valor Residual
Outros Ativos Intangíveis	20%	13.854	(2.627)	11.227
Total		13.854	(2.627)	11.227

	12/2022	Adições	Baixas	Amortização	Taxa (%)	06/2023
Outros Ativos Intangíveis	8.737	3.318	-	(828)	20	11.227
Total	8.737	2.490	-	(828)		11.227

É representado por desenvolvimento de software e website registrado pelo custo de aquisição e amortizado, de forma linear, pelo prazo estimado de benefício econômico.

Nota 12. Depósitos e Recursos de Aceites Cambiais

	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>Acima de 3 anos</u>	<u>Saldo em 30/06/2023</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Depósitos a prazo (a)	13.595	31.735	58.616	62	104.008	132.956
Recursos de Aceites e emissão de Títulos (b)	73.433	80.174	-	-	153.607	155.630
Total	<u>87.028</u>	<u>111.909</u>	<u>58.616</u>	<u>62</u>	<u>257.615</u>	<u>228.040</u>

(a) Depósitos a prazo

Representado por Certificados de Depósitos Bancários e Recibo de Depósitos Bancários no montante de R\$ 104.008 com vencimento até 18 de janeiro de 2027 com taxa média de 113% do DI.

(b) Recursos de aceites cambiais

Representado por Letras de Câmbio no montante de R\$ 92.306 com vencimento até 20 de junho de 2024 com taxa média de 105% do DI e Letras de Crédito do Agronegócio, no valor de R\$ 61.301, com vencimento até 18 de junho de 2024.

Nota 13. Outras Obrigações

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IOF a Recolher Operações de crédito	177	133
Total	<u>177</u>	<u>133</u>

b) Fiscais e Previdenciárias:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão Para Impostos e Contribuições (i)	349	-
Impostos e Contribuições A Recolher (ii)	529	434
Total	<u>878</u>	<u>434</u>

(i) Provisão para imposto de renda (R\$ 214) e CSLL (R\$ 135), apurados no 2º trimestre de 2023.

(ii) Referem-se a valores de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, bem como INSS, FGTS e IRRF sobre folha em 30 de junho 2023, além de tributos retidos sobre serviços prestados por terceiros.

c) Recursos Vinculados a Operações de Crédito

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Operação Ativa Vinculada (i)	342	513
Total	<u>342</u>	<u>513</u>
Curto Prazo	177	184
Longo Prazo	165	329

(i) Realizado nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02, com vencimentos até 15 de abril de 2025.

d) Diversas:

	30/06/2023	31/12/2022
Provisão para pagamentos a efetuar (i)	921	602
Provisão para Passivos Contingentes	13	-
Credores diversos – País (iii)	2.188	355
Total	3.122	957

(i) As provisões referem-se a despesas de pessoal relativo a férias, décimo terceiro salário e respectivos encargos, apropriadas mensalmente conforme regime de competência.

(ii) Provisão para passivos contingentes constituídas em razão de ações judiciais avaliadas como perdas prováveis.

(iii) Credores Diversos estão compostos por Empréstimos a Liberar, Fornecedores e recebimento de parcela de operações de crédito não identificadas no fechamento do período e baixadas em 03 de julho.

Nota 14. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social subscrito em 30 de junho de 2023, é de R\$ 107.000, totalmente integralizado, representado por 107 milhões de ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, assim a totalidade de ações representativas do Capital Social da Sociedade por Ações denominada AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento.

Reservas de Lucros

Reserva Legal

Constituição obrigatória, em conformidade com artigos 182 e 193 da lei 6.404/76, à base de 5% do lucro líquido do período, no montante de R\$ 7.

Lucros ou Prejuízos Acumulados

	30/06/2023	31/12/2022
Prejuízos acumulados	(24.482)	(24.625)
Total	(24.482)	(24.625)

A Companhia apurou lucro no valor de R\$ 150 no primeiro semestre de 2023.

Nota 15. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os valores de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado foram apurados através do regime de apuração do lucro real trimestral.

a) Imposto de Renda e Contribuição Social - Valores Correntes e Diferidos:

	30/06/2023		30/06/2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	1.198	1.198	(8.781)	(8.781)
Adições				
Permanentes	-	-	-	-
Temporárias				
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	2.323	2.323	15.547	15.547
Exclusões Permanentes	-	-	-	-
Exclusões Temporárias	(2.233)	(2.233)	(13.109)	(13.109)
Prejuízo Fiscal	(386)	(386)	(415)	(415)

Base de Cálculo	902	902	(6.758)	(6.758)
IR e CS Apurado	219	135	230	145
Benefício do Pat	5	-	6	-
Ativo Fiscal Diferido	-	-	(1.911)	(1.147)
Efeito do IR e CS no Resultado	214	135	(1.681)	(807)

b) Movimentação do ativo fiscal diferido:

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>(-) Baixas</u>	<u>30/06/2023</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	6.302	-	-	6.302
Total	6.302	-	-	6.302

A Administração da AL5 S.A – CFI referendou o estudo técnico dos créditos tributários, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/20.

Os créditos tributários foram constituídos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL com base no estudo supracitado, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários.

A Administração, com base nas projeções de resultado, acredita que o crédito tributário será auferido no decorrer dos próximos 4 anos do seu resultado tributável.

Nota 16. Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas conforme observado no Pronunciamento Técnico CPC 05, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 30 de outubro de 2008.

São partes relacionadas à esta Companhia os controladores e acionistas, seus familiares e diretores, membros-chave da administração.

Os valores de captação com partes relacionados são remunerados a taxa média de 103% do DI.

	Passivo		Despesas	
	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Agropecuária Maggi Ltda.	(70.710)	(66.182)	(4.516)	(3.785)
Agropecuária Pirapora	-	-	-	(45)
Amaggi Participações Financeiras	(2.235)	(2.491)	(159)	(148)
BBM Administração e Participações Ltda.	-	(32.397)	(1.444)	(3.300)
Fundação André e Lucia Maggi	(13.198)	(14.803)	(1.002)	(675)
Hermasa Navegação da Amazônia S.A.	-	(11.642)	(153)	(580)
HFLC Administração e Participações Ltda.	(10.081)	(9.422)	(657)	(477)
Maggi Energia S.A.	(2.468)	(2.311)	(156)	(118)
Pessoas Físicas	(39.162)	(41.406)	(3.219)	(2.987)
Total	(137.854)	(180.654)	(11.306)	(12.115)

Os saldos com partes relacionadas em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 referem-se a captações em letras de câmbio, LCA, CDB e RDB.

a) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Foi definido pela presidência da AL5 S.A – CFI e aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, o teto de remuneração do pessoal-chave da Administração para o ano de 2023 o montante global de até R\$ 7 milhões, mesmo valor aprovado para 2022.

Nota 17. Outras Informações

a) Receitas da Intermediação Financeira

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Operações de Crédito	23.814	27.963
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.939	3.087
Operações Com. Títulos e Valores Mobiliários	6.393	-
Total	<u>35.146</u>	<u>31.050</u>

b) Despesas de Captação

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
RDB	(630)	(614)
CDB	(8.663)	(2.744)
Letras de Câmbio Pós	(7.635)	(9.648)
Letras de Crédito do Agronegócio	(2.182)	-
Total	<u>(19.110)</u>	<u>(13.006)</u>

c) Outras Despesas de Intermediação Financeira

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Deságio na Colocação de Títulos (i)	-	(228)
Comissões (ii)	(53)	(856)
Total	<u>(53)</u>	<u>(1.084)</u>

(i) Deságio pago à Corretoras de Valores Mobiliários pela intermediação na captação de recursos.

(ii) Comissões pagas à correspondentes bancários pelos serviços de intermediação financeira em operações de crédito.

d) Receitas por Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Tarifa de cadastro	2.144	1.549
Emissão de contratos	20	-
Tarifas Interbancárias	5	1
Total	<u>2.169</u>	<u>1.550</u>

e) Outras Despesas Administrativas

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Contribuição Ordinária ao FGC	(171)	(134)
Processamento de Dados	(4.790)	(4.692)
Serviços Técnicos Especializados	(1.024)	(1.279)
Serviços do Sistema Financeiro	(80)	(135)
Seguros	(20)	(59)
Comunicações	(86)	(61)
Manutenção e Conservação	(68)	(9)
Serviços de Terceiros	(489)	(625)
Propaganda e Publicidade	(162)	(90)
Promoções e Realizações	(168)	(12)
Publicações	(35)	(33)
Material	(10)	(10)
Viagens	(62)	(28)
Amortização	(828)	(454)
Depreciação	(74)	(49)
Outras Despesas Administrativas	(367)	(347)
Total	<u>(8.434)</u>	<u>(8.017)</u>

f) Despesas de Pessoal

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Proventos	(3.525)	(2.975)
Encargos	(1.117)	(994)
Benefícios	(641)	(643)
Outros	(12)	(10)
Total	<u>(5.295)</u>	<u>(4.622)</u>

g) Despesas Tributárias

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
COFINS	(731)	(220)
PIS	(119)	(36)
ISS	(115)	(84)
IOF	(1)	-
IPTU	(25)	(24)
Total	<u>(991)</u>	<u>(364)</u>

h) Outras Receitas e Despesas

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Outras rendas operacionais (i)	1.431	1.315
Outras rendas não operacionais (ii)	162	125
Contingências (iii)	(13)	-
Outras despesas operacionais (iv)	(157)	(181)
Total	<u>1.423</u>	<u>1.259</u>

(i) Refere-se à recuperação de créditos baixados como prejuízo

- (ii) Refere-se a receitas de atualizações por valor presente dos créditos tributários calculados com base na taxa Selic, descontos obtidos, despesas recuperadas e comissões por intermediação financeira.
- (iii) Provisão para passivos contingentes relacionados a ações judiciais.
- (iv) Refere-se a despesas diversas inerentes a operação da AL5 S.A. CFI, tais como serviços de análises e informações para decisões de crédito, despesas postais, multas, juros e encargos, dentre outros.

j) Contingências

Em 30 de junho de 2023 existem processos judiciais inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações cíveis, considerados como perdas possíveis no montante de R\$ 1.257 e perdas prováveis, no valor de R\$ 13.

k) Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o exercício findo em 30 de junho de 2023.

Tarcísio Hübner
Diretor Presidente

Patrícia Michelli Alves de Lima
Diretora de Operações e Finanças

Júlio César Rodrigues da Silva
Diretor de Clientes e Produtos

William Luppi
Contador – CRC-PR-65355/O-5